



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para
pensar el sentido de la educación y de la filosofía

Políticas públicas para a educação entre um governo democrático e a sombra de um “não-governável”: explorações filosóficas

Silvio Gallo

Universidade Estadual de Campinas

gallo@unicamp.br

Palabras clave: governamentalidade democrática, educação, biopolítica, não-governável.

Resumen

Com a redemocratização do Brasil, a partir de 1985, após duas décadas de ditadura militar, tornou-se urgente a formação do cidadão, constituído subjetivamente como a base de uma sociedade democrática. O país parece ter compreendido a importância da educação neste processo e, a partir de dois marcos legais fundamentais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, foram produzidas dezenas de políticas públicas para os diversos níveis da educação brasileira, da educação infantil ao ensino superior. Nesta intensa produção biopolítica, para seguir a analítica conceitual de Foucault, encontramos a cidadania como palavra-chave. Educar para a cidadania foi e tem sido a tônica das políticas públicas nas últimas décadas.

Para analisar essa produção, proponho como operador analítico o conceito de governamentalidade, como maquinaria de funcionamento do Estado que toma por base a liberdade dos indivíduos de modo a procurar conduzir suas condutas. Mas defendo que se produziu no Brasil uma governamentalidade singular, centrada na formação do cidadão e na afirmação da democracia, razão pela qual proponho denominá-la “governamentalidade democrática”. Em outras palavras, trata-se de formar o cidadão, tanto materialmente quanto subjetivamente, para que ele possa ser governado. Não ser cidadão, estar fora da lógica do sujeito de direitos, significa estar fora da esfera de possibilidades do governo. Isto é, o não cidadão é um não-governável. Inadmissível, pois, que haja indivíduos excluídos da cidadania. Importante destacar que a produção dessa maquinaria de governamentalidade democrática foi o tempo todo atravessada pelas políticas neoliberais. O que pudemos constatar, portanto, foi



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para pensar el sentido de la educación y de la filosofía

uma espécie de paradoxo: se de um lado a afirmação democrática abriu espaço para movimentos sociais e suas reivindicações, muitas delas atendidas nas políticas públicas, de outro lado as linhas-força do neoliberalismo, como empreendedorismo de si mesmo, dentre outras, marcam a tônica de tais políticas.

Nesta comunicação, além das explorações conceituais, serão analisados alguns elementos de políticas públicas produzidas no campo educativo que evidenciam a leitura apresentada.

Nos últimos anos, porém, o crescimento do neoconservadorismo e da expressão política da extrema direita têm colocado em xeque a produção desta governamentalidade democrática. Ouso afirmar que este fenômeno é uma espécie de “subproduto” desta maquinaria governamental. Em nome de uma suposta liberdade individual, questionam-se os princípios democráticos e coletivos. De algum modo, pode-se afirmar que emerge uma perspectiva do “ingovernável”. Alguns instantâneos durante a pandemia de COVID-19 podem servir de exemplo: a recusa à vacinação, por ela ser uma ação de governo; a recusa ao uso de máscaras; a manifestação de contrariedade à tática de distanciamento ou isolamento social. Paradoxalmente, a extrema direita põe a nu a tática da governamentalidade, ao afirmar: “não queremos ser governados deste modo”.

Como então fazer a crítica da governamentalidade democrática, para além de apenas ressaltar sua importância na história recente do país, sem com isso oferecer mais argumentos para o neoconservadorismo? Como desmascarar que a democracia seja também (e, talvez, principalmente) uma forma de controle populacional? Para tal análise crítica vou me valer da distinção produzida pela filósofa Catherine Malabou (2022) entre aquilo que é “ingovernável”, que foge a um certo tipo de governo, mas permanece na ordem do governo; e aquilo que é “não-governável”, por escapar à lógica filosófica da *arkhé*. Experimentações em torno de uma educação menor serão trabalhadas como o exercício de um “não-governável”, como o exercício de uma educação an-árquica, que coloca seus tamancos para sabotar a máquina da governamentalidade.



VI CONGRESO LATINOAMERICANO DE FILOSOFÍA DE LA EDUCACIÓN BOGOTÁ, JULIO 12 - 14 DE 2023

**Hospitalidad y reencuentro: volvernos a ver para
pensar el sentido de la educación y de la filosofía**

Referencias

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MALABOU, Catherine. *Au vouloir! Anarchisme et philosophie*. Paris: PUF, 2022.